
Revisionismo ou Negacionismo? A Ditadura Civil-militar no Filme “1964 – o Brasil entre armas e livros (2019)”¹

Márcia Neme BUZALAF²
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

1964 – o Brasil entre armas e livros (2019) foi criticado por ter feito um revisionismo da ditadura que amenizaria as diferentes formas de violência praticadas durante o período. Ao analisar a produção, percebe-se que sua essência é negacionista, na medida em que não propõe um outro olhar para o passado com bases documentais e científicas, mas, sim, com argumentação relativista. Produzido pelo grupo Brasil Paralelo, o filme usa fatos e imagens distorcidas de seus contextos e narrativas simplificadas sobre o golpe e a censura, caracterizando a ditadura como uma “meio ditadura” e a censura como praticamente inexistente. Este artigo destaca estes elementos da produção e propõe uma reflexão sobre o uso do audiovisual para compor narrativas – neste caso, uma narrativa negacionista -, mas que se transveste de narrativa histórica e se apresenta como um documentário.

PALAVRAS-CHAVE: *1964 – o Brasil entre armas e livros*; cinema; história; revisionismo; negacionismo.

A produção audiovisual sobre o período da ditadura civil-militar (1964-1985) pulsa no Brasil tardiamente, se comparado a outros países da América do Sul que viveram regimes autoritários e utilizam o cinema como um espaço privilegiado para a representação deste passado violento. Composto por uma narrativa estrutural que envolve imagens em movimento, roteiro, edição, trilha sonora, entre outros elementos, o cinema – principalmente o não-ficcional – cresce de mãos dadas com o desejo de construção de memórias, tão alargado neste século XXI. A ditadura brasileira tem conquistado um lugar especial nestas produções, registrando espectros não conhecidos, trazendo personagens da resistência, abordando fatos importantes do passado recente e ajudando a disseminar narrativas históricas importantes para a composição da identidade coletiva.

Exatamente quando se completou 55 anos do golpe de 1964, um grupo chamado Brasil Paralelo divulgou uma produção audiovisual intitulada *1964 – o Brasil entre armas e livros*. O filme, que pode ser assistido gratuitamente no Youtube, trata, durante quase metade de suas duas horas e sete minutos, da “ameaça comunista” que permeou o século

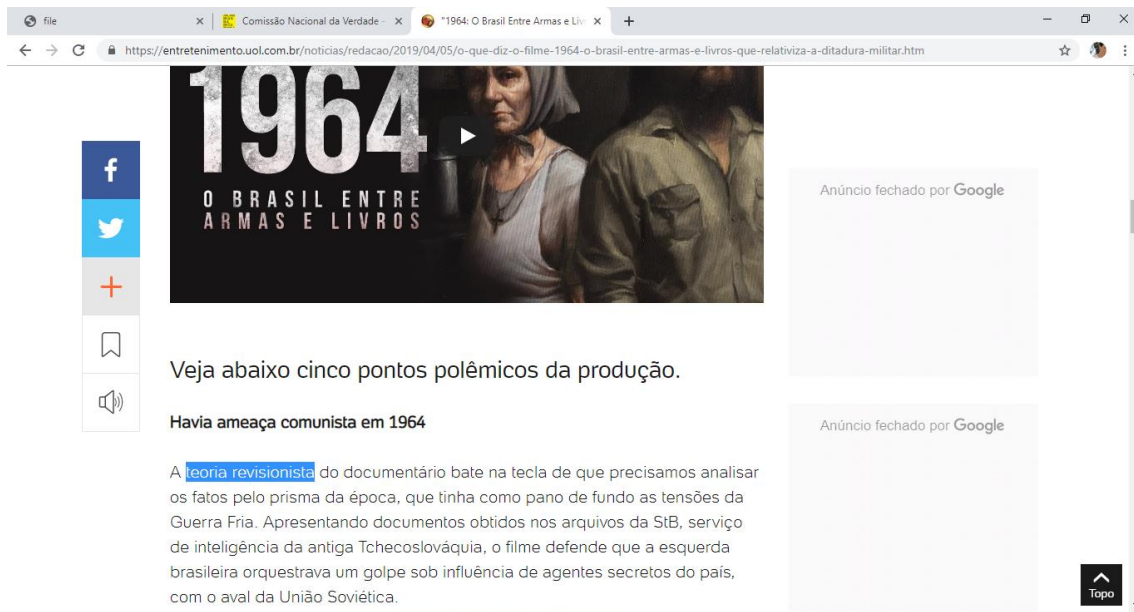
¹ Trabalho apresentado no GP Cinema, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora adjunta no Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e-mail: marciabuzalaf@gmail.com

XX como um todo, e que teria sido a origem de diferentes conflitos internacionais, inclusive a Guerra Fria e o golpe no dia 1º de abril de 1964, no Brasil.

O filme foi considerado e, inclusive, acusado de ser “revisionista” por diferentes publicações da mídia, como o Universo OnLine (UOL) (Figura 1), Vice (Figura 2) e Esquerda Diário (Figura 3). Entretanto, atribuir ao filme um caráter revisionista é um eufemismo para a natureza negacionista da produção.

Figura 1



Fonte: UOL.

Figura 2



Fonte: Vice.

Figura 3



Fonte: Esquerda Diário.

O Brasil Paralelo é formado por um grupo de jovens gaúchos que se autodeclaram uma produtora de vídeo. Na página da internet, no entanto, percebe-se que o objetivo é de formação. A partir de uma assinatura, o internauta tem acesso a “aulas que você não encontra em nenhuma sala de aula tradicional”, apresentando os entrevistados de 1964

como os chamados “professores” do site. Escritores, jornalistas, filósofos, historiadores ministram cursos no site (mediante assinatura) e são eles mesmos que analisam os fatos historiográficos retratados nesta produção audiovisual, alegando ser o “maior conteúdo político e historiográfico já produzido no país”. (Figura 4)

Figura 4



Fonte: página do site Brasil Paralelo.

1964 – o Brasil entre armas e livros utiliza os tradicionais elementos dos documentários. Mescla imagens aparentemente históricas, jornais dos períodos citados, documentos governamentais, trilha sonora dramática e diversas entrevistas com intelectuais sociais (tanto os vinculados ao grupo como, também, com pessoas que viveram o período e não participam do Brasil Paralelo). Estes elementos constroem uma narrativa que se assemelha à narrativa histórica, pois trazem uma coerência narrativo-imagética que pode proporcionar um certo efeito de realidade.

Entretanto, depois de assistir ao filme por sete vezes, decupando trechos e comparando imagens, é possível desconstruir analiticamente estes elementos. Primeiramente, a argumentação feita ao longo do filme é de que tanto o golpe quanto a violência praticada durante o período seriam fundamentais para deter o “golpe comunista”, a “ameaça comunista”, o “terrorismo comunista”, segundo os entrevistados. Toda a população brasileira estaria, portanto, favorável ao golpe e apoiava a ditadura,

como argumenta o cientista político Silvio Grimaldo: “Toda a sociedade entende como um governo legítimo porque foi eleito pelo congresso”. (1964 -, 2019)

As imagens utilizadas e os fatos relatados precisam ser minuciosamente observados, porque, em diversos momentos, são situados em contextos equivocados ou, até, completamente errados. Dentre vários, dois casos são relevantes e preocupantes pela deturpação histórica que apresentam:

1. A utilização de imagens de Sebastião Salgado. Quando aparece a primeira imagem do fotógrafo brasileiro, do livro *Terra*, que contém textos de José Saramago e um CD com músicas de Chico Buarque, o locutor anuncia que “Em 1962, já se sabia da existência de pelo menos oito campos de treinamento das Ligas Camponesas. Essa foi a semente que mais tarde seria o MST”. Porém, a imagem é de 1997, mais de dez anos depois da formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). A segunda imagem de Sebastião Salgado menciona a Guerrilha do Araguaia (1967-1974) ao exibir uma foto feita em 1986, no garimpo de Serra Pelada, configurando o abuso de imagens para ilustrar uma narrativa coerente, porém historicamente manipuladas.
2. A localização de Antonio Gramsci na historiografia. O título do filme faz referência ao fato de que, segundo a narrativa construída, a esquerda teria deixado de lado as *armas* para atuar nos *livros* – ou seja, nas universidades e meios de comunicação. Porém, Gramsci aparece em um momento impossível da história. Com imagens que aparentam ser dos anos 1960, o narrador aborda Maio de 1968, e alega que foi quando “o fundador do Partido Comunista italiano passa a escrever *Os Cadernos do Cárcere*”, apesar de Gramsci ter morrido em 1937.

Estes dois elementos visam alterar fatos do passado e, por consequência, demonstram uma atitude manipuladora da narrativa historiográfica. Outras imagens fora de contexto também são utilizadas, entretanto, não é nesta esfera de manipulação imagética que reside a essência negacionista do filme, como veremos a seguir.

REVISIONISMO OU NEGACIONISMO?

Comumente, os termos revisionismo e negacionismo são utilizados como se dividissem uma mesma intencionalidade e inspirassem uma analogia sinônima. Pudera:

ignorar suas diferenças significa igualar suas motivações e constituições epistemológicas, a fim de legitimar uma distorção histórica como se a mesma tivesse um aparato científico. A história é, por si só, revisionista, e o conhecimento está intimamente ligado à possibilidade de revisão. O revisionismo é, portanto, inerente à pesquisa, pois a narrativa historiográfica é ancorada no presente e é a partir dele que se constitui e se enriquece.

A natureza revisionista da história pode ser encontrada no texto “Experiência e Pobreza”, do filósofo alemão Walter Benjamin (1993, p. 114-115), que reflete sobre o silêncio latente dos combatentes que voltaram dos campos de batalha no fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Este silêncio foi, lentamente, substituído pelos testemunhos dos sobreviventes, em uma composição historiográfica que amplia o conhecimento sobre este passado.

Aqui no Brasil, um exemplo recente é a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída para apurar crimes cometidos durante as ditaduras brasileiras (entre 1946 e 1988), que começou seus trabalhos em 2012 e, apesar de não ter caráter punitivo vinculado às instâncias judiciais, ajudou a esclarecer as violências praticadas, principalmente, durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A partir destes relatos, silêncios foram preenchidos e atozes, desnudados.

Sem revisionismo, não há construção de conhecimento. A narrativa histórica está intimamente ligada ao presente, porque é a partir dele que se desenvolvem tanto técnicas de abordagem do passado quanto novos fatos e documentos. O revisionismo é, desta forma, um recurso historiográfico para realocar e preencher silenciamentos históricos, mas esta essência está completamente fundamentada nos procedimentos científicos de verificação e apuração, dignos da pesquisa do campo da História.

“A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a estas estranhas insurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente” (GAGNEBIN, 2006, p. 55). Com esta frase, a filósofa suíça, radicada no Brasil, Jeanne Marie Gagnebin sintetiza a diferença entre comemoração e rememoração, atividade vinculada à historiografia e que demanda uma atenção especial ao não dito, ao que, segundo ela, é “aquilo que não teve direito nem à lembrança nem às palavras” (GAGNEBIN, 2006, p. 55).

O negacionismo é o oposto do revisionismo em sua intencionalidade. Se vale de uma construção narrativa aparentemente verossímil para negar a construção científica da historiografia. Segundo o jornalista e filósofo Luis Milman:

“O negacionismo, numa perspectiva estritamente historiográfica, não é uma interpretação alternativa, nem reacionária, nem mesmo nazistófila, do hitlerismo. Ele é uma construção ideológica de aparência histórica e, nessa condição, não suscita problemas ao nível da compreensão do Holocausto e das suas consequências. O desafio que os negacionistas nos apresentam [referindo-se aos historiadores] é de outra natureza: na medida em que constroem uma versão fictícia da História e que essa versão produz efeitos políticos, os negacionistas obrigam-nos não somente a refutá-los, mas fazemos uma reflexão sobre a relevância do papel da História e da memória para a educação humanista.”(MILMAN, 2000, p. 132.)

É evidente o negacionismo do início ao fim do filme *1964*, construído a partir da alteração de fatos que a historiografia já pesquisou exaustivamente, como a vigência da ditadura, que, segundo o documentário, teria começado apenas em 1968. Antes de 1968, de acordo com o entrevistado e jornalista Lucas Berlanza, o Brasil teria vivido uma “meio ditadura”:

“Então existe uma força, embora ela não tenha o poder total, ela não exerça o poder total, ela se sente no direito de obrar acima da Constituição. Então, você pode falar que há uma meio ditadura, vamos dizer assim, uma ditadura abstrata, uma ditadura eminente pairando sobre as regras.” (*1964 -*, 2019)

Lucas Berlanza, em sua página na internet, se define como: “Jornalista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lucas Berlanza é carioca, editor dos sites “Sentinela Lacerdista” e “Boletim da Liberdade”, autor do livro “Guia Bibliográfico da Nova Direita – 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro” e colunista há quase cinco do tradicional Instituto Liberal do Rio de Janeiro”.

Olavo de Carvalho, que se autointitula filósofo, apesar de não ter esta formação acadêmica, alega, com a clara intenção de legitimar o golpe de 1964, que “o movimento de 64 não foi um movimento militar. Ele começa como um movimento civil”. Outros entrevistados também padecem desta mesma linha argumentativa: que o golpe de 1964 só aconteceu porque toda a sociedade civil assim o queria.

Este negacionismo sobre a vigência da ditadura e sobre a participação massiva da sociedade civil, por parte dos entrevistados, acompanha a própria definição do grupo Brasil Paralelo, que estranhamente se orgulha de não ter nenhum lastro científico em suas publicações e/ou produções audiovisuais. Assim, defende Vladimir Petrilák, autor do livro *1964 – o elo perdido* (2017), que trata justamente dos documentos da antiga Tchecoslováquia, fundamentais para a argumentação enviesada construída no referido filme: “Acho importante dizer que não temos apoio de nenhuma instituição, órgão

científico ou governamental. Nós somos pessoas privadas que se ocuparam de um tema que até hoje ninguém mais estudou”. (1964 -, 2019)

São inúmeros livros, documentários e pesquisas que se ocuparam deste tema – a ditadura – desde os anos 1980. A frase de Petrilák visa indicar um revisionismo historiográfico quando, na verdade, ao negar uma fundamentação científica, corrobora com a argumentação negacionista. Segundo Luís Edmundo de Souza Moraes, professor de História Contemporânea da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), “os negacionistas não são *historiadores* nem *revisionistas*”. (MORAES, 2011, p. 6).

Em artigo publicado em 2015, o historiador da Universidade de São Paulo (USP), Marcos Napolitano, apresenta um mapeamento contemporâneo da construção da memória sobre a ditadura no Brasil. Segundo ele:

“A versão mais “puro sangue” da extrema direita dispensa o bom humor e se manifesta a partir de algumas vertentes: a) negacionismo que recusa a existência de tortura a presos políticos; b) nostalgia que representa a ditadura como época de prosperidade, honestidade pública e segurança aos trabalhadores; c) autoritarismo conservador como saída legítima para a crise política e moral brasileira, rejeitando valores liberais ou socialistas; d) elitismo como forma de explicar a crise moral da sociedade brasileira da era PT; e) moralismo que vê a política como reino da corrupção e prega uma cruzada moral para regenerar as instituições corrompidas pelo “lulopetismo””. (NAPOLITANO, 2015, p. 34)

Em um dos trechos do filme, mostra-se claramente a tentativa de alterar o sentido histórico em momentos de extrema violência do regime militar, como no caso do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Rafael Nogueira, formado em Filosofia e em Direito, além de colaborador do grupo Brasil Paralelo, demonstra, no filme *1964*, o negacionismo desta violência e a falta de conhecimento em relação aos mecanismos de censura que determinavam os discursos midiáticos:

“O governo militar tinha aceitação quase total. Se vocês pesquisarem os vídeos que passavam na tevê, que era o grande instrumento de difusão, os vídeos todos falando a música ‘Pra frente, Brasil’. Cara, a Copa de 70 foi vencida com Médici no poder. Toda essa propaganda unia o governo com as vitórias, as vitórias esportivas. Fittipaldi ganha na Fórmula 1.” (1964 -, 2019)

A relativização da ditadura como “meio ditadura”, feita por Berlanza, é similar à relativização que ele faz, também, da censura. “É óbvio que havia censura no regime militar, mas era uma censura muito pouco profissional. Você botava um guardinha qualquer, até senhoras pra fazer censura. Censurava besteiras, pornografias...”. (1964 -,

2019) O jornalista vai além da tentativa de negar a violência sofrida pelos jornalistas e demonstra, nesta fala, o preconceito contra as mulheres, ao classificar as censoras “senhorinhas” como o absurdo da fragilidade do processo.

Ainda sobre a censura, Bernardo Kuster, que é definido no filme como ensaísta e jornalista, demonstra absoluta indignação com o termo ditadura para um cenário que ele apresenta para negar a violência da censura.

“É engraçado porque as pessoas falam em regime militar, e da ditadura e da censura, mas a primeira coisa: todas as publicações da Teologia da Libertação foram feitas durante o regime militar. Por que ela surge durante os anos 70, fora do Brasil, escorre para todo Brasil e para as comunidades eclesiais de base durante os anos 70, pós-AI-5, contamina o Brasil inteiro e nada acontece? Que ditadura é essa? (...) Eu digo: que ditadura é essa, cara? Então, não há essa censura como se fosse uma censura geral.” (1964 -, 2019)

O negacionismo permeia todos os assuntos abordados no filme, do golpe a todas as formas de repressão exercidas, tanto no setor cultural quanto estudantil. Silvio Grimaldo tenta relativizar a violência no ambiente universitário:

“Tinha repressão de vez em quando. A polícia entrava nas universidades, prendia um estudante ou um professor que estava ligado na guerrilha. Mas nunca houve um movimento de repressão violento nas universidades, de fecharem cursos, de proibirem publicação de livros etc. Isso nunca teve.” (1964 -, 2019)

E Berlanza complementa: “Então, essa ideia do terror da repressão era muito exagerada.”. (1964 -, 2019) Grimaldo vai além e absorve a terminologia dos próprios ditadores para classificar o período: “É que hoje a narrativa é de que os militares eram a direita, o que no meu entender é errado. Os militares eram um movimento revolucionário.”. (1964 -, 2019)

Não existe possibilidade argumentativa e revisionista que fundamente estas visões alteradas do período. Ao tentar dar um caráter de rememoração dos que não tiveram voz – como argumenta Olavo de Carvalho quando afirma que a direita não tinha espaço no âmbito cultural durante a ditadura –, o filme mascara seu negacionismo com o argumento revisionista.

CONSIDERAÇÕES

O cinema carrega elementos de representação do real com uma força narrativa que constitui o imaginário. Neste espectro, é uma forma comunicacional das mais efetivas, na medida em que trabalha com imagens em movimento equivalentes ao mundo e, assim sendo, próximas da eterna busca pela verdade.

No caso da produção cinematográfica argentina e chilena, principalmente, tanto no formato predominantemente ficcional quanto documental, são utilizadas as possibilidades narrativas para retratar as violências praticadas durante as ditaduras militares e, recentemente, especialmente a partir deste século, o cinema brasileiro também se voltou a tematizar a ditadura em diferentes produções.

O grupo de pesquisa História e Audiovisual, coordenado pelos pesquisadores Eduardo Morettin e Marcos Napolitano, da USP, apresenta um levantamento filmográfico sobre a ditadura civil-militar brasileira, evidenciando a quantidade dilatada de documentários produzidos neste século: são 37 documentários do ano 2000 a 2015 e 13 produções de 1985 a 2000³.

O filme histórico, segundo o historiador inglês Peter Burke (2004), é um ato de interpretação. As imagens estão sempre ancoradas com o tempo de sua produção e, neste sentido, o filme *1964 – o Brasil entre armas e livros* também reflete a necessidade de certos grupos alinhados a pensamentos conservadores registrarem narrativas que questionam e relativizam as atrocidades do período da ditadura brasileira, independentemente do rigor metodológico e científico que é constitutivo das abordagens historiográficas. É este o ponto que diferencia o revisionismo do negacionismo nas produções audiovisuais.

O cinema já foi usado com diferentes propósitos ao longo da história – do entretenimento à propaganda política. Impossível não notar que a produção, apesar de historicamente negacionista, desenvolve uma construção narrativa permeada por depoimentos e documentos, similar à produção de documentários, conferindo um caráter de verossimilhança, mesmo quando usa imagens claramente fora de contexto para fundamentar a argumentação.

Este trabalho é o segundo desenvolvido sobre as narrativas enviesadas construídas na produção *1964 – o Brasil entre armas e livros*. No primeiro, apresentado no VII

³ <http://historiaeaudiovisual.weebly.com>

Eneimagem IV Eieimagem⁴, foi analisada a construção de estereótipo do comunista no filme. Neste, o recorte analítico se deu nas abordagens negacionistas que contaminam diferentes momentos do filme na busca pela construção de uma outra narrativa histórica, mesmo sem lastro científico. Outros pontos de análise crítica são possíveis a partir de 1964, mas todos eles são, fundamentalmente, estruturados no negacionismo, não no revisionismo inerente à pesquisa.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**, Vol. 1 - Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru: Edusc, 2004.

FERRO. Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAGNEBIM, Jeanne Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: Ed.34, 2006.

MILMAN, Luis. Negacionismo: Gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual. In: VIZENTINI, Paulo Fagundes; MILMAN, Luis (Orgs). **Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: CORAG, 2000.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf. Acesso em 24 de junho de 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar** – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina. v. 8, n. 15esp., p. 09-44, Londrina, nov.2015. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/23617/17356>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FILMES:

⁴ Encontro Nacional de Estudos da Imagem (ENEIMAGEM) e Encontro Internacional de Estudos da Imagem (EIEIMAGEM) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), PR.

- 1964 – o Brasil entre armas e livros. Produção: Brasil Paralelo. Brasil, 2019.
- Advogados contra a Ditadura – Por uma Questão de Direito. Direção: Silvio Tendler. Brasil, 2014.
- Batismo de Sangue. Direção: Helvécio Ratton. Brasil, 2007.
- Cidadão Boilesen. Direção: Chaim Litewski. Brasil, 2009.
- Diário de uma Busca. Direção: Flávia Castro. Brasil, 2010.
- Hércules 56. Direção: Silvio Da-Rin. Brasil, 2006.
- Marighella. Direção: Isa Grispum Ferraz. Brasil, 2012.
- Marighella – Retrato Falado de um Guerrilheiro. Direção: Silvio Tendler. Brasil, 2001.
- Memórias Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar. Direção: Maria Paula Araújo. Produção: Laboratório de Estudos do Tempo Presente - Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Brasil, 2015.
- O Dia que Durou 21 anos. Direção: Camilo Tavares. Brasil, 2013.
- Os Dias com Ele. Direção: Maria Clara Escobar. Brasil, 2014.
- Vala Comum. Direção: João Godoy. Brasil, 1994.